

# Ideias

IVAN MENDES - jornalista e advogado

## Economia e pobreza

**I**nstabilidade econômica que o país experimenta faz lembrar a década de 70, quando se comemorava o milagre econômico, período dos governos militares. Seja em que época for, o importante é que a população possa ter uma melhor qualidade de vida e a recuperação do poder aquisitivo, tendo como suporte o crescimento econômico. O próprio Ministro da Fazenda, Guido Mantega, reconheceu que a economia brasileira precisa acelerar a partir de agora, afirmando que ficou satisfeito com o avanço de 2,7% do PIB, no primeiro trimestre de 2010. O Ministro enfatizou, inclusive, que o aumento mostra que a economia nacional teve uma das melhores recuperações em nível mundial, lembrando que apenas a China teve um crescimento dessa magnitude. Segundo ainda Guido Mantega, os meses de janeiro, fevereiro e março, de 2010, apresentaram bom desempenho, em decorrência dos incentivos governamentais, para enfrentar a crise financeira internacional, lembrando que o período representa o auge da retomada do crescimento.

Não se pode negar também que, durante os dois governos do Presidente Lula, a economia brasileira alcançou avanços surpreendentes, haja vista que, mantida essa tendência, o Brasil poderá reduzir, pela metade, o número de pessoas pobres, até 2014. O total poderá diminuir de 29 milhões e 900 mil para cerca de 14 milhões e 500 mil, o que corresponde a menos de 8% da população. Nos dois Governos Lula, até o advento da crise econômica de 2009, o índice de pobres, pessoas sem renda familiar per capita mensal, até 137 reais, registrou declínio de 43%. Atualmente, a velocidade da redução da pobreza é ainda maior, atingindo, aproximadamente, 10% ao ano, de acordo com o estudo do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas-RJ. Apraz-nos saber que a diminuição da taxa de pobreza e ascensão de 32 milhões de brasileiros, nas classes A, B e C, entre 2003 e 2009, está relacionada, sobretudo, ao aumento do emprego formal, à renda do trabalho, à política de valorização do salário mínimo e aos programas sociais, como o Bolsa Família.